



Coluna Mensal CICS Canoas
Jornal Diário de Canoas – Edição 11/04/22

OPOSIÇÃO POLÍTICA À PROSPERIDADE DO BRASIL

Recentemente, fomos surpreendidos por ações ostensivas decorrentes de uma operação do Ministério Público Estadual - MP, em que o Judiciário determinou o afastamento provisório, por pelo menos 180 dias, do Prefeito de Canoas, de outros agentes políticos e de servidores públicos por suspeita de envolvimento em suposto desvio de recursos públicos. As acusações estão sendo gradativamente reveladas. Enquanto isso, ficamos com a incerteza da continuidade de projetos e ações pela gestão provisória municipal.

No cenário estadual, alicerçado na decisão STF - que esvaziou a autoridade do Governo Federal e concedeu aos Estados e Municípios gestão sobre a pandemia, autorizando-os a impor medidas restritivas às atividades econômicas – o Rio Grande do Sul recebeu bilhões de reais adicionais do Governo Federal e, ao invés de investir maciçamente na prevenção e combate da pandemia, optou por priorizar o pagamento de despesas correntes (funcionalismo, arrumar o caixa), enquanto sufocavam (ou inviabilizavam) empresas e trabalhadores da iniciativa privada, em movimentos que se revelaram de interesse político-partidários e de projeção pessoal. Não podemos ignorar que o sistema de distanciamento controlado foi desastroso, exterminou empresas, eliminou empregos e disseminou pânico às pessoas.

A onda de otimismo que surgiu há três anos nos fez acreditar que o Brasil caminharia em direção à prosperidade, com Ministérios comandados por especialistas, sem indicações meramente políticas em troca de apoio no Congresso. Menos interesses e mais compromissos. Quem iria se contrapor ao bem do País? Porém, desde o início, os obstáculos impostos ao Governo Federal pelo Legislativo e, especialmente, pelo Judiciário, demonstram que há interesses e forças maiores do que o desenvolvimento econômico e social do país.

Todos estes fatos prejudicam o País, o Estado e a Cidade, maculam a imagem e afastam investimentos daqueles que não simpatizam com estas mazelas da política, demonstrando que há um longo caminho a ser percorrido. Para começar a mudar este panorama, as Instituições Brasileiras devem agir com lisura e dentro de suas competências constitucionais, o que garantirá, não apenas a harmonia e independência entre os Poderes, mas também o Estado Democrático de Direito.

Para nós, empreendedores, não é mais admissível a prática de governos descomprometidos, de políticos que vislumbram apenas a perpetuação no poder. Fica cada vez mais clara a importância de um melhor ambiente de negócios, que ofereça segurança jurídica e econômica, gestões públicas eficientes, probas, éticas e desburocratizadas, pois só assim avançaremos de forma consistente em direção à prosperidade.

MARIA ISABEL BODINI VIEGAS DE OLIVEIRA
Vice-Presidente Jurídico da CICS Canoas